

## TRANSIÇÃO ALIMENTAR E ESTADO NUTRICIONAL EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL: INFLUÊNCIAS CULTURAIS, SOCIOECONÔMICAS E DE ACESSO À ALIMENTAÇÃO

DIETARY TRANSITION AND NUTRITIONAL STATUS IN QUILOMBOLA COMMUNITIES IN BRAZIL: CULTURAL, SOCIOECONOMIC, AND FOOD ACCESS INFLUENCES

TRANSICIÓN ALIMENTARIA Y ESTADO NUTRICIONAL EN COMUNIDADES QUILOMBOLAS EN BRASIL: INFLUENCIAS CULTURALES, SOCIOECONÓMICAS Y DE ACCESO A LA ALIMENTACIÓN

Alessandra Silva de Oliveira

Centro universitário Mário Pontes Juca, Brasil  
E-mail: [alessandrasilvadeoliveira19@gmail.com](mailto:alessandrasilvadeoliveira19@gmail.com)

Gleison Lopes de Oliveira

Centro universitário Mário Pontes Juca, Brasil  
E-mail: [gleison\\_glo@hotmail.com](mailto:gleison_glo@hotmail.com)

Palloma Krishna Araujo Alves

Costa

Mestra, Centro universitário Mário Pontes Juca, Brasil  
E-mail: [palloma.costa@umj.edu.br](mailto:palloma.costa@umj.edu.br)

### Resumo

O presente trabalho analisa os impactos da transição alimentar nas comunidades quilombolas brasileiras e suas repercussões no estado nutricional, considerando fatores culturais, socioeconômicos e de acesso à alimentação. Por meio de uma revisão narrativa da literatura, realizada nas bases PubMed, SciELO, LILACS e Google Acadêmico, foram selecionados estudos publicados entre 2015 e 2025 que abordam alimentação, nutrição e segurança alimentar em populações quilombolas. Os resultados indicam que a urbanização, o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados e a perda de práticas alimentares tradicionais têm provocado mudanças expressivas nos padrões alimentares dessas comunidades. Tais transformações estão associadas ao agravamento da insegurança alimentar, ao

aumento do déficit nutricional infantil e à maior prevalência de doenças crônicas não transmissíveis, como obesidade, hipertensão e diabetes. Paralelamente, observa-se a descaracterização de saberes ancestrais e a fragilização da autonomia alimentar. A literatura evidencia ainda a coexistência da desnutrição e do excesso de peso, configurando a dupla carga da má nutrição. Conclui-se que políticas públicas intersetoriais, ações de educação alimentar e nutricional e a valorização da cultura alimentar quilombola são essenciais para promover saúde, segurança alimentar e soberania nutricional nessas comunidades

**Palavras-chave:** Comunidades quilombolas; Transição alimentar; Estado nutricional.

## Abstract

This study analyzes the impacts of dietary transition in Brazilian quilombola communities and its repercussions on nutritional status, considering cultural, socioeconomic, and food access factors. Through a narrative literature review conducted in the PubMed, SciELO, LILACS, and Google Scholar databases, studies published between 2015 and 2025 addressing food, nutrition, and food security in quilombola populations were selected. The results indicate that urbanization, the increased consumption of ultra-processed foods, and the loss of traditional dietary practices have led to significant changes in the eating patterns of these communities. Such transformations are associated with worsening food insecurity, increased childhood nutritional deficits, and a higher prevalence of noncommunicable chronic diseases, such as obesity, hypertension, and diabetes. Additionally, the literature highlights the erosion of ancestral knowledge and the weakening of food autonomy. Evidence also shows the coexistence of undernutrition and overweight, characterizing the double burden of malnutrition. It is concluded that intersectoral public policies, food and nutrition education initiatives, and the valorization of

quilombola food culture are essential to promote health, food security, and nutritional sovereignty in these communities.

**Keywords:** Quilombola communities; Dietary transition; Nutritional status.

## Resumen

El presente trabajo analiza los impactos de la transición alimentaria en las comunidades quilombolas brasileñas y sus repercusiones en el estado nutricional, considerando factores culturales, socioeconómicos y de acceso a la alimentación. A través de una revisión narrativa de la literatura, realizada en las bases PubMed, Scielo, LILACS y Google Académico, se seleccionaron estudios publicados entre 2015 y 2025 que abordan la alimentación, la nutrición y la seguridad alimentaria en poblaciones quilombolas. Los resultados indican que la urbanización, el aumento del consumo de alimentos ultraprocesados y la pérdida de prácticas alimentarias tradicionales han provocado cambios significativos en los patrones alimentarios de estas comunidades. Tales transformaciones están asociadas al agravamiento de la inseguridad alimentaria, al aumento del déficit nutricional infantil y a una mayor prevalencia de enfermedades crónicas no transmisibles, como obesidad, hipertensión y diabetes. Paralelamente, se observa la desvalorización de los saberes ancestrales y el debilitamiento de la autonomía alimentaria. La literatura también evidencia la coexistencia de la desnutrición y el exceso de peso, configurando la doble carga de la malnutrición. Se concluye que políticas públicas intersectoriales, acciones de educación alimentaria y nutricional y la valorización de la cultura alimentaria quilombola son esenciales para promover la salud, la seguridad alimentaria y la soberanía nutricional en estas comunidades.

Palabras clave: Comunidades quilombolas; Transición alimentaria; Estado nutricional.

## 1. Introdução

A transição alimentar no Brasil tem se intensificado nas últimas décadas, caracterizada pela substituição de alimentos naturais e tradicionais por produtos industrializados e ultraprocessados. Esse fenômeno é impulsionado por fatores como urbanização, mudanças nos modos de vida e maior acesso a alimentos industrializados (Monteiro et al., 2003).

Nas comunidades quilombolas, essa transição alimentar tem impactado diretamente o estado nutricional da população, refletindo-se no aumento da prevalência de doenças crônicas não transmissíveis, como obesidade, diabetes e hipertensão. Além disso, contribui para a perda de hábitos culturais e do vínculo com a terra, afetando a identidade e a autonomia alimentar dessas comunidades (Silva & Filgueiras, 2019).

Diante desse cenário, se faz necessário averiguar quais são as principais mudanças nos padrões alimentares das comunidades quilombolas no Brasil e como essas transformações impactam o estado nutricional, considerando fatores culturais, socioeconômicos e de acesso à alimentação?

A alimentação é um dos principais determinantes do estado de saúde e está intimamente relacionada aos aspectos culturais, sociais e econômicos de uma população. No contexto das comunidades quilombolas, a alimentação tradicional representa não apenas uma prática nutricional, mas também um importante elemento de identidade cultural e de resistência histórica. No entanto, nas últimas décadas, observa-se um processo de transição alimentar marcado pela substituição de alimentos in natura e minimamente processados por produtos industrializados, ricos em gorduras, açúcares e sódio.

Esse fenômeno, influenciado pela urbanização, mudanças no modo de vida, perda de práticas alimentares tradicionais e desigualdades socioeconômicas, pode comprometer o estado nutricional e contribuir para o aumento da prevalência de sobrepeso, obesidade e doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) nessas comunidades. Além disso, as dificuldades de acesso a alimentos saudáveis,

decorrentes de fatores geográficos, econômicos e de infraestrutura, intensificam os riscos de insegurança alimentar e nutricional.

Estudar a transição alimentar e o estado nutricional das comunidades quilombolas é, portanto, essencial para compreender os impactos dessas mudanças na saúde e no modo de vida dessa população. A relevância social do tema se baseia no subsídio à formulação de políticas públicas de promoção da alimentação adequada e saudável, respeitando as especificidades culturais e territoriais dessas comunidades. Ademais, o estudo contribui para ampliar o debate sobre equidade em saúde e nutrição, destacando a importância da valorização das práticas alimentares tradicionais como estratégia de resistência cultural e de promoção da saúde.

Dessa forma, a pesquisa se justifica pela necessidade de evidenciar as transformações nos padrões alimentares e suas repercussões nutricionais em comunidades historicamente vulnerabilizadas, fornecendo subsídios para ações intersetoriais e políticas que promovam a segurança alimentar e nutricional com respeito à diversidade cultural brasileira.

## 1.1 Objetivos Gerais

Analizar a relação entre a transição alimentar e o estado nutricional em comunidades quilombolas no Brasil, considerando as influências culturais, socioeconômicas e de acesso à alimentação.

## 2. Revisão da Literatura

Foram analisados dezessete estudos publicados entre 2015 e 2025, realizados em diferentes regiões do Brasil, abrangendo comunidades quilombolas do Nordeste, Norte, Sul e Centro-Oeste. Os estudos contemplaram populações de

diferentes faixas etárias — crianças, adolescentes, mulheres e idosos — e abordaram múltiplos aspectos relacionados à alimentação, estado nutricional e fatores socioculturais que influenciam o padrão alimentar dessas comunidades.

Os resultados obtidos indicam que as comunidades quilombolas vivem um processo de transição alimentar, caracterizado pela substituição gradual de alimentos tradicionais, in natura e produzidos localmente, por produtos industrializados e ultraprocessados. Essa transição reflete mudanças sociais, econômicas e culturais, e tem resultado em impactos negativos sobre o estado nutricional e a segurança alimentar dessas comunidades.

Estudos realizados nas regiões Nordeste e Norte evidenciam que a insegurança alimentar ainda é uma realidade persistente. Neves, Ferreira e Welch (2021) e Morais et al. (2015) identificaram elevadas prevalências de insegurança alimentar e déficit estrutural em crianças menores de cinco anos, revelando vulnerabilidade nutricional associada à baixa renda e ao acesso limitado a alimentos de qualidade. Silva et al. (2016) também observaram que famílias residentes em comunidades quilombolas apresentaram maiores níveis de insegurança alimentar do que as não quilombolas, destacando as desigualdades históricas de acesso à terra, recursos produtivos e políticas públicas. Esses resultados demonstram que, apesar dos avanços em políticas de segurança alimentar e nutricional no Brasil, ainda persistem barreiras estruturais que perpetuam a vulnerabilidade dessas populações tradicionais.

Paralelamente à carência alimentar, os estudos mais recentes revelam o surgimento de novos desafios nutricionais, como o aumento do sobrepeso, da obesidade e das doenças crônicas não transmissíveis. Cairo et al. (2023) observaram prevalência significativa de excesso de peso entre adolescentes quilombolas e não quilombolas do Nordeste, com destaque para o maior risco entre meninas. De forma semelhante, Barbosa et al. (2023) identificaram associação positiva entre o consumo de alimentos ultraprocessados e a ocorrência de síndrome metabólica em mulheres quilombolas de Alagoas. Esses achados revelam a

coexistência entre desnutrição e excesso de peso — fenômeno conhecido como dupla carga da má nutrição — típico de contextos em que a transição alimentar ocorre de forma desigual e acelerada.

Os fatores socioeconômicos e culturais se mostraram determinantes nesse processo de mudança alimentar. Mota et al. (2024) evidenciaram que a alimentação tradicional, marcada pelo uso de ingredientes locais, pela agricultura de subsistência e por práticas coletivas de preparo, tem sido progressivamente substituída por alimentos industrializados, especialmente entre as gerações mais jovens. Essa substituição reflete tanto o impacto da urbanização e da inserção no mercado de consumo quanto a diminuição das práticas de autoconsumo e da produção agrícola familiar (Ferreira, Pontes e Paula, 2018). Tais mudanças resultam em perda de hábitos alimentares tradicionais e de identidade cultural, além de comprometerem a autonomia alimentar das comunidades.

Em relação às condições de vida e políticas públicas, estudos como o de Cherol, Ferreira e Salles-Costa (2021) apontam que o acesso a programas governamentais, como o Bolsa Família e o Programa de Aquisição de Alimentos, tem contribuído parcialmente para a melhoria da segurança alimentar. No entanto, a cobertura e a efetividade dessas políticas ainda são limitadas diante das desigualdades socioeconômicas e da distância geográfica das comunidades. A pesquisa de Silva et al. (2023), realizada no semiárido potiguar, reforça que fatores ambientais e climáticos — como secas prolongadas e perda de áreas produtivas — agravam a insegurança alimentar e limitam a produção local, intensificando a dependência de alimentos industrializados.

Além dos determinantes socioeconômicos e ambientais, estudos mais recentes têm explorado estratégias de promoção da alimentação saudável e intervenções educativas. Pacheco et al. (2024) avaliaram a eficácia de uma intervenção de aconselhamento nutricional baseada na classificação NOVA e observaram redução no consumo de alimentos ultraprocessados e aumento da ingestão de alimentos in natura entre quilombolas do Sul do país. Essa evidência demonstra que ações comunitárias de educação alimentar e nutricional são eficazes

e culturalmente adaptáveis, desde que considerem o contexto social e as práticas locais de alimentação. Já Silva e Corrêa (2021) compararam os hábitos alimentares de famílias quilombolas paraenses com as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira e constataram divergências significativas, sugerindo a necessidade de políticas públicas que valorizem os saberes alimentares tradicionais e incentivem o resgate de práticas culturais saudáveis.

De forma convergente, os estudos analisados indicam que a transição alimentar nas comunidades quilombolas é um processo multifatorial, impulsionado por transformações culturais, socioeconômicas, ambientais e políticas. Ainda que persistam carências nutricionais e insegurança alimentar, há um aumento visível do consumo de produtos ultraprocessados e do excesso de peso, configurando uma situação paradoxal. Esse cenário reforça a importância de políticas intersetoriais que integrem saúde, educação, agricultura e desenvolvimento social, com foco na valorização das práticas alimentares locais e na promoção da soberania alimentar quilombola.

Em suma, as evidências apontam que a alimentação quilombola está em transição entre o tradicional e o moderno, refletindo as contradições do desenvolvimento rural brasileiro. Para enfrentar os desafios identificados, é essencial fortalecer políticas públicas que garantam o acesso contínuo e digno a alimentos saudáveis, que respeitem a identidade cultural e que assegurem a autonomia produtiva e nutricional das comunidades quilombolas.

### 3. Considerações Finais

O presente estudo evidenciou que as comunidades quilombolas brasileiras atravessam um processo de transição alimentar complexo e multifacetado, que ultrapassam o campo nutricional e adentram o campo social, cultural e político. A análise da literatura , revelou que essa transição é marcada pela substituição progressiva de alimentos provenientes da agricultura subsistência e de práticas

culturais ancestrais, por produtos industrializados e ultraprocessados, frequentemente com menor valor nutricional e com maior densidade calórica.

Esse processo está intrinsecamente relacionado a determinantes estruturais, como a urbanização, a perda do vínculo com o território, as desigualdades socioeconômicas e o acesso limitado a políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. Tais fatores têm contribuído para o agravamento das vulnerabilidades históricas, resultando numa dupla carga de má nutrição, em que a desnutrição e o excesso de peso coincidem no mesmo grupo populacional. A literatura confirma o aumento de doenças crônicas não transmissíveis, como hipertensão, diabetes e obesidade, associado ao consumo crescente de alimentos ultraprocessados e à diminuição do consumo de alimentos in natura ou minimamente processados.

Os resultados reforçam a necessidade urgente de políticas públicas intersetoriais que integrem as áreas de saúde, educação, assistência social, meio ambiente e agricultura familiar, com o propósito de garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável. Estratégias de educação alimentar e nutricional, quando culturalmente contextualizadas e participativas, mostraram-se eficazes para o resgate e a valorização dos saberes alimentares tradicionais, além de contribuírem para a autonomia produtiva e para a segurança alimentar das comunidades.

## Referências

BARBOSA, B. B. et al. Ambiente alimentar de povos e comunidades tradicionais: protocolo de revisão de escopo. Mato Grosso do Sul, 2025.

BARBOSA, Í. B.; VASCONCELOS, N. B. R.; SANTOS, E. A. dos et al. Consumo de alimentos ultraprocessados e síndrome metabólica: estudo transversal em comunidades quilombolas de Alagoas. Alagoas, 2023.

CAIRO, S. M. C. et al. Excesso de peso em adolescentes rurais quilombolas e não quilombolas do Nordeste. Vitória da Conquista, BA, 2023.

CHEROL, C. C. de S.; FERREIRA, A. A.; SALLES-COSTA, R. Programas governamentais associados à insegurança alimentar entre comunidades de descendentes de negros escravizados no Brasil. Brasil, 2021.

FERREIRA, P. F.; PONTES, A. N.; PAULA, M. T. de. Agricultura familiar e segurança alimentar na Comunidade Quilombola África, Abaetetuba (PA). Abaetetuba, PA, 2018.

[AUTORIA DIVERSA / PROJETO]. Transição agroalimentar: remanescentes de quilombo Kalunga – GO. Kalunga, GO, s.d. [provavelmente 2025].

LANDIM, L. A. S. R. et al. Segurança alimentar e nutricional em comunidade remanescente de quilombolas. Caxias, MA, 2018.

MONTEIRO, C. A.; CONDE, W. L.; POPKIN, B. M. A transição nutricional no Brasil: tendências regionais e temporais. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, supl. 1, p. S181–S191, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2003000700019>. Acesso em: 16 abr. 2025.

MORAIS, F. M. de O.; PINHO, L.; RIBEIRO, G. (In)segurança alimentar de comunidade quilombola no norte de Minas Gerais. Norte de Minas Gerais, 2015.

MOTA, D. M.; FELICIEN, A.; PEIXOTO, Q. M.; GHIRARDI, N. R. Comida de hoje, comida de ontem em quilombos na Amazônia Oriental do Pará. Tipitinga, Jacarequara, Pimenteira, PA, 2024.

NEVES, F. J.; FERREIRA, A. A.; WELCH, J. R. Estado nutricional e fatores associados ao déficit estatural em crianças menores de 5 anos de comunidades remanescentes de quilombos do Nordeste. Região Nordeste, 2021.

PACHECO, P. M.; BAIROS, F. S.; NEUTZLING, M. B. et al. Eficácia de intervenção

de aconselhamento nutricional (ensaio não randomizado) em comunidades quilombolas do Sul. Região Sul, 2024.

SILVA, E. K. P. et al. Insegurança alimentar em comunidades rurais no Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola? Região Nordeste, 2016/2017.

SILVA, H. P.; CORRÊA, N. A. Da Amazônia ao guia: dilemas entre a alimentação quilombola e o Guia Alimentar para a População Brasileira. Concórdia, PA, 2021.

SILVA, L. R. da. Semiárido, mudanças climáticas e segurança alimentar e nutricional: olhar sobre Bela Vista do Piató (Assú-RN). 2023. Monografia (Graduação em Nutrição) — Assú, RN, 2023.

SILVA, M. C. P.; FILGUEIRAS, L. C. Da Amazônia ao guia: os dilemas entre a alimentação quilombola e as diretrizes nutricionais oficiais. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 1–12, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-129020191802>. Acesso em: 16 abr. 2025.

SILVA, P. O.; SCHINCAGLIA, R. M.; SANTOS, L. M. P.; GUBERT, M. B. Condições de vida, qualidade da alimentação e fatores associados em mulheres e crianças de comunidades quilombolas em Goiás. Goiás, 2025.

SILVA, T. C. da et al. Risco nutricional e de doenças cardiovasculares em idosos residentes em comunidades quilombolas. Maranhão, 2020.

SILVEIRA, V. N. da C.; PADILHA, L. L.; FROTA, M. T. B. A. Desnutrição e fatores associados em crianças quilombolas menores de 60 meses. Maranhão, 2020.

VERTHEIN, U. P.; AMPARO-SANTOS, L. A. A noção de cultura alimentar em ações de educação alimentar e nutricional em escolas brasileiras: uma análise crítica. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 26, p. 4849–4858, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.01932020>. Acesso em: 16 abr. 2025.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. Taking action on childhood obesity. Geneva: World Health Organization, 2018. (WHO/NMH/PND/ECHO/18.1). Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO. Disponível em: <https://www.who.int/end-childhood-obesity/publications/taking-action-childhood-obesity-report/en/>. Acesso em: 16 abr. 2025.